



IAB INSTITUTO DOS ADVOGADOS BRASILEIROS
NA VANGUARDA DO DIREITO DESDE 1843

EXMO. SR. PRESIDENTE DO INSTITUTO DOS ADVOGADOS
BRASILEIROS

Indicação. Projetos de Lei nºs 291/2023 e 539/2023, ambos da Câmara dos Deputados, que visam impedir a assunção de cargos e funções públicas por indivíduos condenados por violência contra a mulher.

Indicante: Ana Arruti.

Palavras-chave: violência contra a mulher; Lei Maria da Penha; efeitos da condenação; cargos; funções; administração pública.

No dia 06 de fevereiro de 2023, o Deputado Federal Josenildo (PDT/AP) apresentou à Câmara dos Deputados o Projeto de Lei 291/2023, com o seguinte teor:

Art. 1º Fica vedada a nomeação para cargos em comissão e a designação para funções de confiança integrantes de quadros de pessoal dos órgãos e entidades da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios; bem como para inscrições em concursos públicos destinados ao provimento dos cargos que discrimina; de empregado, para os efeitos exclusivos da relação de emprego, os profissionais liberais, as instituições de beneficência, as associações recreativas ou outras instituições sem fins lucrativos, empresas privadas que admitirem trabalhadores como empregados regidos pela Consolidação das Leis de Trabalho, que:

I - forem condenados, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, desde a condenação até o cumprimento da pena, pelos crimes:

a) constantes do art. 7.º da Lei 11.340, de 2006.

Pelo que se compreende da redação apresentada, a proposta visa proibir aos condenados pela Lei nº 11.340/06 (Lei Maria da Penha) o acesso às funções no âmbito do serviço público, seja através de concurso, livre nomeação para cargos de confiança ou mesmo de contratação por associações, instituições e empresas particulares que atuem no setor.



A proposição foi posteriormente apensada ao Projeto de Lei nº 638/2022, que “proíbe a nomeação, para cargos e empregos públicos, de pessoas condenadas pelo crime de estupro e de pessoas condenadas com fundamento na Lei nº 11.340/06” e que, por sua vez, tramita apensado ao Projeto de Lei nº 4032/2021.

Este último pretende incluir nos efeitos da condenação penal a proibição de nomeação para cargos públicos em comissão, quando a condenação decorrer dos crimes elencados na Lei nº 7.716/89 - ou seja, em caso de condenação por crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor. Apresentado em 16 de novembro de 2021 pela Deputada Federal Vivi Reis (PSOL/PA), seu trâmite se encontra em estágio mais avançado e possui outras duas propostas apensadas – o PL 4203/2021, que “estabelece a proibição de nomeação para cargos comissionados ou para função de confiança pessoas que tenham sido condenadas por crime de intolerância, prática de discriminação ou preconceito” e o 115/2023, que “veda a nomeação para cargos em comissão de pessoas que tenham sido condenadas pela Lei Federal nº 11.340”.

De outra parte, em 15 de fevereiro de 2023, o Deputado Federal Bebeto (PP/RJ), por sua vez, apresentou à Casa o Projeto de Lei nº 539/2023, propondo acréscimo do artigo 43-A na Lei Maria da Penha, que implicaria a seguinte alteração no Código Penal, no tocante aos efeitos da condenação:

“Art. 92.....

IV – a vedação de prestar concursos públicos e a inabilitação para o exercício de funções de confiança e cargos em comissão na Administração Pública, quando a condenação for decorrente de crime praticado com violência contra a mulher.

Parágrafo único. Os efeitos de que trata este artigo, com exceção do inciso IV, não são automáticos, devendo ser motivadamente declarados na sentença.”



O PL sugere, portanto, que a condenação com fundamento na Lei Maria da Penha acarrete, como efeito automático, a vedação a participação em concurso público e a inabilitação para o exercício de funções de confiança e cargos em comissão na Administração Pública.

As justificativas dos referidos Projetos de Lei propostos em 2023 (PLs 291/2023 e 539/2023) fundamentam o recrudesimento penal sugerido em prol do suposto aperfeiçoamento da Lei nº 11.340/06 no combate à violência contra a mulher¹, do aumento da proteção à mulher e da busca pelo fim da violência de gênero². Nas palavras do Deputado Josenildo, sua proposta busca, *se não dar um ponto final no crime de violência contra a mulher, contribuir para que a prática seja extirpada da sociedade*.

Pela natureza das proposições, que visam criar novos efeitos da condenação criminal em casos de crimes específicos cometido em razão de gênero, a tendência é de aglutinação para apreciação conjunta a outras propostas legislativas que pretendem combater diferentes formas de violências motivadas por preconceitos.

Trata-se de tema da mais alta relevância pública e jurídica, a respeito do qual o IAB deve se pronunciar. Desse modo, encaminho a V.Exa a presente como INDICAÇÃO, esperando que, submetida ao Plenário e uma vez reconhecida a sua pertinência, seja encaminhada para a Comissão de Criminologia para a elaboração do parecer pertinente.

Ana Arruti

Indicante

¹ Projeto de Lei nº 539/2023.

² Projeto de Lei nº 291/2023.